
A ENTREVISTA, A PESQUISA E O ÍNTIMO, OU: POR QUE CENSURAR SEU DIÁRIO DE CAMPO?

Florence Weber

Institut National de Recherches Agronomiques – França

Resumo: *O diário é constitutivo do ofício do etnógrafo, mas não é nada mais do que um conjunto disseminado de notas heterogêneas. Sua publicação, respeitando uma classificação cronológica, cria a ficção romanesca de um narrador-etnógrafo. Censurar a publicação permite não censurar a escrita. Os materiais censurados não são da ordem do íntimo, mas da ordem do não (ainda) inteligível.*

Palavras-chave: *etnografia, diário de campo, ficção, objetificação.*

Abstract: *The field diary is part of the ethnographer's job. It is merely a set of sparse heterogeneous notes. Its publication, respecting a chronological classification, creates the Romanesque fiction of an ethnographer-narrator. Censuring the publication of the diary implies that the original writing will not be censored. The censored materials do not relate to issues of privacy, but to the not (yet) intelligible.*

Keywords: *ethnography, fiction, field diaries, objectification.*

Introdução

Uma parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais¹ de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular

¹ Eu retomo aqui o título do manual de campo de Marcel Maquet (1953): *Guide d'étude directe des comportements culturels*.

que teve Bronislaw Malinowski como pioneiro e que perdura na obra de um Marcel Maquet, caracterizada pela presença de longa duração de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda.

Em torno desse método, também chamado de “observação participante”, houve inúmeros debates. Neste artigo vou me deter unicamente na questão da escrita e da publicação do diário de campo do etnógrafo, recusando, aliás, considerar o método etnográfico como apanágio de uma disciplina, a etnologia. De fato, os sociólogos, mais que os geógrafos ou os historiadores, seguidamente fizeram uso da observação direta sem a fetichizar. Os pesquisadores que se posicionam como etnólogos *stricto sensu* não raro elitizaram a pesquisa etnográfica à dignidade do “campo”, termo afetado por um genitivo de propriedade (o campo “de” tal ou tal etnólogo, “meu campo”). Essa palavra mágica designa ao mesmo tempo a sociedade ela mesma, o estágio que ali empreendeu o etnólogo e o desenvolvimento de sua investigação.

Três diários em um

A evidência de um diário de campo, que seja erigido em dogma ou transformado em rotina, recobre, na realidade, um conjunto complexo de práticas de escrita, cujas funções e *status* são múltiplos, podendo as folhas de escrita que se sobrepõem ter destinos diversos. Eu distinguirei três tipos de diários: um diário de campo específico da etnografia; um diário de pesquisa, tal como poderia desenvolver um historiador ou um filósofo; e um “diário íntimo”. Nesse último caso, conforme o modelo dos diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor.²

É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que

² Não pude analisar a heterogeneidade do diário de campo sem as questões de Gérard Noiriel (1990).

serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com auques.³ As duas outras facetas do diário de investigação (diário de pesquisa⁴ e diário íntimo) que, aliás, não são específicas à etnografia, são frequentemente confundidas com essa forma canônica e seu uso não é codificado. Eu gostaria de me deter aqui nessa ambiguidade, responsável por certa nebulosidade nas discussões em torno de um diário etnográfico e de sua publicação.

Claro, é muito comum que um etnógrafo detenha diversos cadernos: um para anotações sobre as entrevistas e observações no desenrolar do cotidiano, outro para as reflexões que a experiência suscitou (esse será o diário de pesquisa) e, enfim, o diário íntimo. Ocorre também que ele delegue seu diário íntimo a uma correspondência privada trocada com amigos distantes do universo de pesquisa. Entretanto, é muito raro que esses textos de diferentes naturezas não apareçam misturados em certos momentos, engendrando assim uma confusão prática. A diferença de *status* e de funções entre os fragmentos do diário, desordenados e às vezes inseparáveis, explica as modalidades da censura à qual serão submetidas mais tarde as notas escritas no processo de pesquisa de campo.

Se eu me reportar à minha própria experiência, o diário do etnógrafo, na sua escrita primeira, não é ainda um “texto”: é um conjunto sem coerência prevista em cadernos ou em folhas, mais ou menos estruturadas, mais ou menos ordenadas, segundo os momentos da pesquisa e as fases da investigação. Mesmo que o etnógrafo tivesse intenção de maior objetividade, não seria possível publicá-lo “tal e qual”: ele necessita de um considerável trabalho editorial. As notas podem, entretanto, ser publicadas em partes, sofrendo o texto original cortes e edição. Dessa forma, eu utilizei certos fragmentos do diário de investigação como documentos do mesmo título e com as mesmas precauções críticas dispensadas às entrevistas transcritas ou aos arquivos. Outras passagens, mais reflexivas, que fazem parte do diário de pesquisa (ou do relato de pesquisa), são publicadas no texto final, quase que sem retoques, como os fragmentos finais da análise. Mas o diário de pesquisa está destinado

³ Para uma crítica do objetivismo que crê poder utilizar as notas de observação como a transcrição “fiel”, “realista” de fatos independentes das condições sociais da observação, ver Weber (1989).

⁴ No Brasil é comum nesse caso dizermos “relato de pesquisa”. (N. de T.).

a permanecer em parte secreto: não nos livramos facilmente das especulações teóricas e conceituais, das hipóteses inúteis ou abandonadas, onde a ingenuidade ou os enganos registrados, se tornados públicos, teriam impacto na imagem do pesquisador, uma imagem que é construída pacientemente, ao longo dos textos publicados pelo etnógrafo-intelectual.

Publicar seu diário íntimo?

As passagens mais “íntimas” do diário de campo conhecerão as sortes opostas segundo a posição social que seu autor galgou na academia e na comunidade intelectual como a literária. Os diários foram elevados, em certos casos, ao nível de diários literários, em que se leria sem farsas a “verdade” humana da obra, e logo que publicada, podendo conhecer múltiplas variações, como bem descreve René Lourau.⁵

Mas se não se trata de um autor que atingiu a celebridade e, portanto, as possibilidades de operações editoriais, essas anotações são relegadas a restos de escrita indesejáveis de aventuras ultrapassadas e agora preciosamente encerradas em um escaninho envelhecido, em papéis guardados em arquivos nostálgicos de um passado agora com função de ornamentação. Em todo o caso e ainda que dificilmente a publicação fosse objetivada inicialmente pelo pesquisador, se essa viesse a ocorrer, seria totalmente “deslocada”, isto é, considerada como uma incongruência de mau gosto ou simplesmente como um absurdo sem interesse.

De fato, não se pode não ver, nos destinos diferenciados dos diários dos etnógrafos, a marca dos destinos sociais de seus autores: a diferença entre o diário íntimo de Malinowski, que esclarece mal, ou ao menos indiretamente, o processo de trabalho do fundador da etnografia de campo (ainda assim, sua publicação recente se tornou um evento), e as notas de observação de uma investigadora *hors statut*, muito preciosas em sua densidade para fazer conhecer a realidade social contemporânea, mas totalmente sepultadas (para sempre?)

⁵ René Lourau (1988) distingue o “fora do texto” segundo sua relação ao “texto”: publicação após o “texto” (Favret-Saada, 1981), publicação anterior (como para Georges Condominas) e publicação póstuma (Malinowski, 1963, 1985).

nos cadernos de uma pesquisa mal aproveitada,⁶ não reside nos ganhos de conhecimento que oportuniza sua leitura, mas no *status* de seu autor. Após tudo, não raro as pessoas – e não somente um etnógrafo obscuro – escrevem para si mesmas, sem que suas produções escritas tenham alguma possibilidade de alcançar o estatuto de obra.⁷

Se os mecanismos da publicação dos “diários íntimos”, etnográficos ou não, atribuem ao seu paroxismo as condições sociais de valorização das obras, é porque somente sua publicação, e não sua escrita, os transforma de estudos privados em obras.⁸ Seria necessário fazer a história social da publicação dos diários autobiográficos, da qual o diário do etnógrafo não é então mais que uma modalidade, para compreender que há interesse em publicá-los e o porquê, e recolocar nesse contexto o *continuum* dos diários que interessam às ciências sociais e cuja publicação é socialmente possível, desde um diário de um sábio como Malinowski à autobiografia de um serralheiro como Gaston Lucas. Explorar-se-ia então a fronteira incerta entre etnologia e literatura, sobre a qual repousa com sucesso uma coleção como Terra Humana.

Para um etnógrafo profissional, publicar seu diário de campo nessas três dimensões (diário de entrevista, diário de pesquisa, diário íntimo) revela, pois, uma aposta raramente tentada. Não é, com efeito, um ato neutro à sua produção como autor, etnógrafo, sábio. Contrariamente ao texto científico ou literário, que valoriza seu autor graças às qualidades próprias do texto, um tal diário, que serve habitualmente de “fora do texto” a uma obra científica já constituída, não pode tirar seu valor de “texto” das qualidades sociais de seu autor.

Parece-me, entretanto, que a interrogação (epistemológica) sobre a natureza do trabalho etnográfico estagnado dessa situação e que, desse fato, a

⁶ Eu me refiro, dentre sem dúvida muitos outros que eu não conheço, aos diários de campo de Manuela Vicente, “entrevistadora profissional” no CNRS: ela remetia seus “materiais” (entrevistas transcritas, arquivos comentados, etc.) aos sociólogos para quem ela trabalhava. Esses jamais utilizaram esse material; portanto, esses diários de campo acabaram cadastrados com condescendência no “anedótico”. Seria necessário um dia fazer uma espécie de sondagem das “técnicas de entrevista” acadêmicas na sociologia americano-francesa que tiveram seu momento de glória nos anos 1960; apesar de sua rigidez, elas não impediam os investigadores “de campo” de serem confrontados, sem armas, com as dificuldades clássicas da etnografia.

⁷ Para uma primeira análise dos “cadernos íntimos” nas classes populares, ver Weber (1993).

⁸ Certo, os diários íntimos publicados não são sempre destinados originalmente a si ou aos íntimos: eu remeto novamente a René Lourau (1988) para a discussão sobre o estatuto da obra (ou do “texto”) dos diários literários, como os de Anais Nin ou de Anne Frank. René mostra bem que a ambiguidade sobre o destinatário faz parte do jogo romanesco.

transmissão (pedagógica) do saber-fazer prático do etnógrafo, que é também um saber-escrever, fica mais difícil. Por que de fato o diário de campo não contém, ele, a nobreza propriamente científica? Não é ele uma etapa reconhecida como indispensável no ofício do etnógrafo? Como essa ferramenta científica pode se manter secreta?

Para refletir sobre essas questões, eu tomaria o exemplo de meu próprio diário de campo,⁹ na medida em que é, evidentemente, aquele do qual eu disponho inteiramente, aquele também do qual eu domino as condições de autocensura. Seria aqui o caso de publicar um extrato censurado em outras situações? Mas como o selecionar? Livrar o mais íntimo? Mas como faria ele sentido se não se restitui ao mesmo tempo todo seu contexto de investigação, de pesquisa e de autoanálise? Em suma, um extrato não pode dar conta da complexidade e da ambiguidade desse conjunto confuso que é nomeado, falsamente, de “diário” de campo. Mais vale analisar as modalidades práticas do uso do diário e as razões de autocensura seletiva que pesa sobre seus diferentes fragmentos.

A ordem do diário, a ordem do texto e o tempo

Dois anos de entrevistas em Dambront (de 1983 a 1985) produziram uma massa desordenada de traços escritos:¹⁰ as notas esparsas e uma quinzena de cadernos cujo conjunto constitui meu “diário de campo”, ainda que ele não se apresente absolutamente como um diário. De fato, ele é o resultado de muitas tentativas abortadas de classificação: classificação temática, por fichas, caderno especializado nas notas bibliográficas, caderno de estatística, esquemas de genealogias, caderno de entrevistas selecionadas e comentadas, cadernos de observação. E ainda tudo reclassificado por comunidade, ou por família, ou por indivíduo. E quase sempre o princípio de classificação se dissolve rapidamente no ar.

Porque tudo é datado, a classificação cronológica acabará por se impor sobre as outras razoáveis, mas fracassadas tentativas de classificação. A ordem cronológica é totalmente justificada pelo diário de pesquisa, que tira sua

⁹ Eu utilizo sobretudo o diário mantido de forma bastante irregular, eu confesso, por ocasião de minhas entrevistas em Dambront em 1978 e depois em 1983-84 (cf. Weber, 1989).

¹⁰ Para mim, que não jogo nada fora, elas estão guardadas em cartões de arquivos.

lógica própria da sucessão dos eventos: as datas são capitais para a inteligibilidade do desenrolar da investigação e das entrevistas. As notas de observação são descritivas, mas elas se apresentam também como uma narração, pela força das interações que se desenrolam no tempo e se encadeiam objetivamente segundo um processo cronológico linear. Se as interações não podem ser compreendidas fora de seu desenrolar temporal, é porque elas têm lugar no âmbito de um interconhecimento. Os relatos de re-encontros independentes (por exemplo, as entrevistas desenvolvidas com informantes selecionados não pelo interconhecimento, mas a partir de critérios abstratos¹¹) não ganhariam ou perderiam inteligibilidade em função de sua datação precisa.

O diário de pesquisa, mesmo se a datação restitui bem um encaminhamento reflexivo, se apoia pouco sobre uma classificação temática. Pouco me importa saber se eu li tal livro em tal data – a não ser quando essa leitura interfere explicitamente na investigação. Existem certamente os materiais passíveis de classificação sem ter em conta a data em que eles são descobertos: dossiês estatísticos, entrevistas isoladas, recortes de jornais, mesmo datas, não ganham sentido senão em relação a outros fatos logicamente (e não cronologicamente) ligados. É no diário de pesquisa que são testadas as classificações temáticas que findarão em uma ordem lógica da exposição final. Eu não detinha verdadeiramente o diário “íntimo” em separado. No decorrer do relato da pesquisa, ou às vezes no diário de pesquisa, meus escritos relatavam aspectos distintos segundo os momentos. Nesses relatos eu inseria algumas anotações íntimas. Em geral meus relatos eram datados, mas havia períodos de anotações sem datação, havia também folhas escritas sobre minha intimidade sem data ou ainda as cartas enviadas com datas e jamais relidas... Em resumo, a maior desordem.

A redação do texto final se faz no desmembramento dessas páginas diversas, em contradição com o estabelecimento de um “verdadeiro” diário, que seria do início ao fim classificado cronologicamente. É justamente na construção de uma nova ordem, lógica e retórica ao mesmo tempo, imposta ao

¹¹ Eu exemplifico com uma experiência realizada por ocasião de uma entrevista sobre a dívida (levada a termo no Laboratório de Ciências Sociais no ENS com Christian Baudelor, Stéphane Beaud e outros alunos): os endereços dos entrevistados nos eram fornecidos por um instituto de sondagem sobre os critérios estatísticos (taxas de dívidas superiores a determinado nível). Nesse caso, a data não serve mais do que ponto de referência para uma classificação do tipo burocrática.

material coletado sem ordem, ou ainda segundo as ordens múltiplas, que se produz um texto publicável. O texto é tanto mais publicável quanto seu princípio de ordem seja mais eficaz, mais exaustivo. Idealmente, nada deveria ser subtraído. Assim a redação “final” da minha pesquisa conheceu, como ocorre frequentemente, duas etapas: uma tese e uma obra publicada. Na tese, para mostrar o “ateliê” da pesquisa, um posfácio reagrupava as passagens que não se inseriam na ordem do texto.

Esse posfácio *fourre-tout* não seguia a ordem lógica. Ele era, pois, classificado cronologicamente: eu isolava os “momentos-chave” da investigação ou da reflexão, colocada do início ao fim: era um pouco uma sucessão de anexos, como a dos materiais com os quais não se sabe muito o que fazer. Mas no livro, cuja ordem da exposição científica, em grande parte retórica, se tinha imposto sem falhas, não foi mais necessário um posfácio. Suas páginas foram distribuídas, desmembradas e várias encontraram seu lugar no interior do texto. Assim, algumas observações, abstraídas de seu contexto de investigação, publicadas em itálico ou em pequenos caracteres, vêm ao apoio de minhas afirmações, as “ilustram” de alguma maneira. Ou ainda, os fragmentos da reflexão se inserem “naturalmente” na discussão teórica que eles alimentam. Ou, como a primeira parte consiste especificamente sobre a investigação, ela confere uma dignidade ao diário do qual certos extratos podem desde logo ser publicados como pontos de fixação.

Um exemplo de censura

O que restava nos meus dossiês após esse desmembramento? Os “textos” “censurados”? Não. Os pequenos pedaços de papel espalhados que não tinham nenhum valor aos meus olhos e que eu havia classificado em “úteis” e “inúteis”. Tal trabalho me parecia extremamente natural, de tal forma que eu até me esquecia de ter escrito todas essas páginas e eu me persuadi a não ter deixado nada de lado além do íntimo, ou seja, do inútil, ou ao menos do não utilizável. Uma única pilha de papéis me parecia estar na gangorra. E, aliás, é graças ao arrependimento de não ter utilizado esse material que se originaram essas reflexões sobre o diário de campo.

Esse material me permitiu tomar consciência da ordem lógica da produção de um “texto” publicável, ordem antinômica de uma restituição cronológica

que teria terminado na produção de um diário, eventualmente publicável, sob as condições sobre as quais eu falei acima. Essa pilha, que tomava lugar no posfácio da tese, desapareceu totalmente no livro. Ela reúne ao mesmo tempo aspectos do diário de entrevista (é a narrativa de um final de tarde observado), do jornal íntimo (eu estava fortemente implicada nessas atividades vespertinas, e do diário de pesquisa (o relato é entrecortado de reflexões teóricas). Mas como essas reflexões não tiveram continuidade, a observação ela mesma foi colocada em um impasse (logo, no inútil). Quanto ao caráter íntimo de minhas notas, essas simplesmente reforçaram minha decisão de censura definitiva. Eu não podia, portanto, exilar essa pilha à insignificância constatada ou decretada dos fragmentos unicamente íntimos.

De fato, minhas anotações traziam o emprego de análise de um fenômeno “nobre”, habitualmente consagrado como portador de sentido, ao mesmo tempo existencial, social e sociologicamente: uma morte brutal, e as reações a essa morte observadas na família. Em círculos concêntricos, em uma mesma noite, eu observava também um conjunto de palavras e de práticas ligadas à morte: antes do anúncio desta, uma vizinha contava um outro enterro: o fiscal do seguro tendo vindo negociar suas cotizações e todas as pessoas presentes falaram de seguro de vida e dos custos das exéquias. Após o anúncio os vizinhos não aparentados se retiram, tendo proposto seus serviços; foi necessário anunciar a novidade aos outros membros da família e, mais tarde, foi necessário resguardar as crianças durante o enterro.

Em resumo, assunto nobre, ocasião rara de uma observação do interior (pois que eu estava em vias de integração na família), meio social operário, pouco evidente, no qual o tratamento da morte é pouco visível. Uma maravilhosa ocasião de análise sociológica, em suma, todas as razões explicam que essas notas “inutilizadas” não me pareciam mais como “inúteis”.

Por que então eram elas inutilizáveis? Primeiramente, tais observações não são facilmente reprodutíveis. Eu estava então condenada à monografia mal armada de um caso singular. E eu não tinha a leveza de espírito do etnólogo que classifica seus materiais “do berço ao túmulo”¹² em um ciclo de vida da qual a coerência é estrutura – aliás, eu não disponho de nenhum material

¹² Segundo o plano de Arnold Van Gennep (1943-1946) em seu *Manuel de folklore français contemporain*.

construído sobre as outras etapas, nascimento, batismo, casamento, aposentadoria... Esse momento singular não se inseria absolutamente nas minhas análises centradas sobre a relação com a usina, a ocupação do tempo livre ou a constituição de grupos concretos. Sem dúvida eu teria podido ali ler uma manifestação entre outras de uma “cultura” popular, com suas especificidades: uma linguagem, uma ironia, uma ludicidade, um conformismo, uma construção de pertencimento, etc.

Certo, eu estava longe dos meus polos de interesse “positivos” – gosto da atividade, gosto do acaso, da importância da alimentação, da fidelidade e da inveja – mas eu teria podido inserir na minha análise, ao preço de classificações contorcidas de retóricas, esse momento de recolhimento em “si” – autoexclusão de vizinhos; exclusão forçada de parentes por aliança; valorização exclusiva dos consanguíneos; desesperança fria (“é dura a vida”); acusações recíprocas (“tu não pensas na morte”; “tu não pensas no teu irmão”); previdência para a mãe; ruptura do cotidiano (interrompe-se a janta, não se fala para as crianças, não se trocam beijos); a restauração do grupo de consanguíneos apesar da distância (passa-se a noite toda ao telefone, entre Paris, Auxerre, Dambront). O momento também em que se afirma (antes do anúncio do acidente) um acontecimento vespertino de dignidade desabusada e autoirônica (“o seguro de vida é agora que a gente precisa, não quando a gente estiver mortinho”, “a aposentadoria a gente não vai nem poder usufruir, estaremos mortos antes disso”, “os mortos no cemitério – inundado incessantemente – eles nadam – isso os conserva”) substituída, após o anúncio dessa morte, por uma violência que procura seu alvo (não foi um acidente na estrada, mas um suicídio, “ela – a morta – não fazia nada para sair dessa”). Em resumo, um momento excepcional, em que se delibera talvez a seu paradoxo, um *ethos* de classe.

Eu não fiz nada com esse material. Eu arranjava a pilha com meus sentimentos de arrependimento e ainda por cima perdi meu caderno de notas manuscrito de onde tinha extraído essa narrativa colocada em posfácio e depois suprimida. Angústia? Bem, aí se colocava ou se juntava a única reação negativa de Joëlle¹³ que, ausente na noite do acidente por estar na residência de suas irmãs, se revoltava não contra o que eu escrevia, mas contra o que eu

¹³ Eu guardei os laços amicais com Joëlle, que fez uma parte das entrevistas comigo.

descrevia, e mostrava-se surpresa, subsidiariamente, que eu tivesse tomado a sua família (que foi também, por um tempo, minha família) como objeto de estudo. Pronto. Não é necessário procurar mais longe: ao meu remorso privado (de representar a espectadora) contrabalançava meu arrependimento acadêmico (por faltar uma boa análise). A pesquisa ultrapassara a orientação inicial, ela tinha sido desviada da observação singular pelas dificuldades próprias ao objeto (impossibilidade de completar esse material por outros) e por uma retenção pessoal (eu tinha repulsa a perseverar em uma atitude falsa da qual eu compartilhava para melhor dissecar¹⁴). Mesmo oito anos mais tarde, eu não posso retomar esse momento de pesquisa sem constrangimento, e tenho dificuldade de utilizar esse material.

Trabalho de pesquisa e trabalho de escrita em ciências sociais

Esse exemplo esclarece, tenho a impressão, as diversas modalidades de autocensura que presidem ao estabelecimento de um texto em ciências sociais. Apesar das aparências, reforçadas por uma publicação como aquela do diário de Malinowski, a questão da intimidade não é central, mas bem antes a avaliação – pessoal e coletiva – de ganhos de conhecimento ou de inteligibilidade que oferece a publicação dos materiais da pesquisa. Da mesma forma que a publicação de escritas íntimas pode se limitar a um fraco ganho de conhecimento, pode-se analisar o íntimo sem publicar as escritas íntimas. Assim, o artigo de Yvette Delsaut (1988) sobre uma classe de alunos de terceiro ano oferece, sob uma aparência ligeira de anonimato e sem se colocar em cena, uma notável análise de fenômenos muito “íntimos” (relação ao corpo, primeiras relações amorosas, conflitos entre a aprendizagem escolar e os sentimentos filiais, etc.), que é também uma discreta, mas sólida autoanálise.

O que eu denominei até aqui de “diário íntimo” nada mais é, em realidade, que um resíduo não trabalhado, inutilizável porque insuficientemente analisado. Os materiais íntimos subsistem como não publicáveis na medida em que a autoanálise é incompleta, isso porque não se pode ou não se quer levá-la

¹⁴ Daniel Moreau se insurgia seguidamente contra uma investigação que fazia dele e de sua família os “cobaias”, acreditando que eu juntaria à observação uma “experimentação”.

a termo. Esses são os fragmentos que não encontram seu lugar na construção do conjunto da obra, pois não se ligam a nada.

Compreende-se melhor que a decisão de publicá-los, tomada por outros que não o etnógrafo (como no caso de Malinowski), termina assim em resultados enganadores do ponto de vista do conhecimento. Considerar o diário de campo como um texto e não como um conjunto de materiais acaba por abdicar a postura específica das ciências sociais em proveito de uma postura literária. De fato, substituir as diferentes classificações de análise dos materiais por uma classificação cronológica exclusiva, justificada por alguns, mas não por todos, impede o desmembramento dos materiais que permitiriam a construção de uma ou de várias lógicas de interpretação e construção de conhecimento trabalhado em um texto coerente. Publicar esses materiais na ordem cronológica de sua escrita não é restituir em sua “autenticidade” a finalização de uma pesquisa, mas é construir a ficção de um sujeito romanesco, de um “narrador”, que será sempre apreendido no mesmo grau daquilo que ele escreve.

Ora, o etnógrafo, como o mostra a heterogeneidade de seu “diário”, não é um sujeito unificado: é um compilador, que recopia ou transcreve os dados anunciados por Outros (da estatística à entrevista oral, passando pela imprensa ou por documentos civis), é um pesquisador que tateia em busca de princípios explicativos servindo-se largamente das diversas tradições letradas, filosóficas ou científicas das quais ele é, para o bem ou para o mal, o herdeiro; é um personagem social, tomado em diversos universos de referência, dos colegas aos sujeitos entrevistados, passando pelos círculos “privados” de sociabilidade. É enfim um observador profissional que coloca em obra, sobre a base de múltiplas identidades, uma técnica particular de observação e de autoanálise.

E essa técnica supõe a manutenção de um diário, em todas as dimensões que eu distingui aqui. É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas.

É o diário por fim que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise. Mas, se todo esse processo não é possível graças ao diário de campo, é necessário que este não seja confundido com um texto trabalhado em que alguns fragmentos serão utilizados, analisados, mas outros certamente não servirão. Assim, o processo mesmo de autocensura, a condição em esta foi

processada no momento da publicação e não no momento de escrita do diário, faz parte do trabalho de pesquisa.

Para ser eficaz, a manutenção do diário deve ser a menos censurada possível: o que pressupõe que não se teria o projeto antecipado de publicá-lo. Confundir o “fora do texto”, o material de pesquisa, com um “texto” a ser publicado na forma de diário literário constituiria para a pesquisa um obstáculo inverso, mas tão difícil quanto a incapacidade de se manter o diário. O diário de campo não é um texto secreto, é um estoque de materiais para utilizarmos sem preconceito, mas cientes dos seus propósitos. Claro, podemos deixar para uma outra pessoa o cuidado e a responsabilidade de decidir o que, no conjunto do foi escrito no diário, é útil; mas nesse caso não é somente a pesquisa de um outro, mas uma outra pesquisa – não menos interessante, sem dúvida – que se dá desde o processo de elaboração, no sentido editorial do propósito, do manuscrito de tal diário.

Traduzido do francês por Cornelia Eckert

Referências

- DELSAUT, Y. Cahiers de socio-analyse 2: une photo de classe. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 75, p. 83-96, nov. 1988.
- FAVRET-SAADA, J. *Corps pour corps: enquête sur la sorcellerie dans le Bocage*. Paris: Gallimard, 1981.
- LOURAU, R. *Le journal de recherche*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- MAGET, M. *Guide d'étude directe des comportements culturels*. Paris: CNRS, 1953.
- MALINOWSKI, B. *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Paris: Gallimard, 1963.
- MALINOWSKI, B. *Journal d'ethnologue, 1914-1918*. Paris: Le Seuil, 1985.
- NOIRIEL, G. Journal de terrain, journal de recherche et auto-analyse: entretien avec Florence Weber. *Genèses*, n. 2, p. 138-147, déc. 1990.

VAN GENNEP, A. *Manuel de folklore français contemporain: du berceau à la tombe*: v. 1. Paris: Picard, 1943-1946.

WEBER, F. *Le travail-à-côté, étude d'ethnographie ouvrière*. Paris: EHESS: INRA, 1989.

WEBER, F. L'ethnologue et les scripteurs populaires. *Enquête*, n. 8, p. 159-189, 1993. Disponível em: <<http://enquete.revues.org/document182.html>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

Recebido em: 20/12/2008

Aprovado em: 24/02/2009